A TRAJETÓRIA ACADÊMICA DE UMA PSICÓLOGA, MULHER TRANS E NEGRA DENTRO DA UNIVERSIDADE.

Ariane Moreira de Senna

Centro de Estudos Afro-Orientais/ Universidade Federal da Bahia- CEAO/UFBA.

Psicologia_arianesenna@yahoo.com.br

Resumo: Este trabalho apresenta um relato de experiência da trajetória acadêmica de uma psicóloga, mulher trans e negra e, visa examinar os desafios da inclusão e permanência dentro do espaço acadêmico. Para tanto, trago uma auto-reflexao sobre eventos por mim vivenciados ainda no ensino médio quando conciliava a prostituição com o ensino médios, à entrada na faculdade quando comecei a estudar psicologia, os primeiros embates para minha permanência, com a rejeição do uso de meu nome social, acompanhados de agressão física e, a negação e repúdio sofrido pelo uso do banheiro de acordo com minha identidade de gênero. Esses eventos incluem também meu ingresso na Universidade Federal da Bahia quando entro na minha segunda graduação e na pós-graduação onde vivenciei piadas transfóbicas pelos funcionários da universidade bem como o tratamento desigual nos espaços acadêmicos. Este trabalho não se propõe a afirmar que todas as mulheres trans e negras dentro dos espaços acadêmicos passem as mesmas situações, mas sim problematizar e trazer a reflexão alguns desafios e obstáculos, incluindo uma reflexão sobre como as práticas realizadas por docentes, discentes e funcionários podem contribuir como mecanismos de opressão que resulta na mulher trans, sentimentos de fraqueza e desencorajamento. Minha pesquisa é baseada em larga medida pela auto etnografia, entendida aqui como um método de escrita capaz de estudar a experiência pessoal do pesquisador que não suprime as suas subjetividades e se opõe aos discursos hegemônicos e dominantes em que excluem as experiências de si pautando-se na ótica de pesquisador-objeto e seu distanciamento.
Palavras-chave: Mulher trans, desafios, inclusão, permanência, auto etnografia.

INTRODUÇÃO

Este trabalho apresenta um relato de experiência da trajetória acadêmica de uma mulher trans e negra e visa examinar os desafios da inclusão e permanência dentro do espaço acadêmico. Para tanto, trago uma auto-reflexão sobre eventos por mim vivenciados ainda no ensino médio quando conciliava a prostituição com os estudos, a entrada na faculdade quando comecei a estudar psicologia, os primeiros embates para minha permanência com a rejeição do uso de meu nome social, acompanhados de agressão física, a negação e, o repúdio sofrido pelo uso do banheiro de acordo com minha identidade de gênero. Minha pesquisa é baseada em larga medida na auto etnografia, entendida aqui como um método de escrita capaz de estudar a experiência pessoal do pesquisador que não suprime as suas subjetividades e se opõe aos discursos hegemônicos e dominantes em que excluem as experiências de si pautando-se na ótica de pesquisador-objeto e seu distanciamento.

Dessa maneira, escrevo aspectos pessoais da minha vida não apenas com o intuito de visibilizar a minha trajetória, mas

também de politizar essas vivências e chamar atenção para aspectos que poderão passar por despercebidos e/ou maquiados por outras histórias que poderão ser contadas pelas pessoas cisgêneras[1].

METODOLOGIA

De acordo com Versiani (2002), fazer autoetnografia substitui noções de representação por noções de construtividade e comunicação, mas não retira o potencial transformador ativo e político dos textos; muito pelo contrário, é uma perspectiva englobada por uma política transformadora que traz uma potencialidade do processo comunicativo com as singularidades, trajetórias e pertença, construída a partir de um processo de interação e negociação entre o eu do pesquisador e o eu do outro.

A autora aponta que essa política na escrita se baseia na versão construtivista e não na de representação que entende que, para que o discurso do indivíduo seja legítimo, terá que estar estático abandonando as suas singularidades, por isso buscar afirmar o eu mutável, plural, que possui uma trajetória e pessoal, mas que interage com outras. Dessa forma, JONES et al, (2013, p.1339) afirmam que:

> O método da autoetnografia propõe a pesquisa social numa prática ainda menos alienadora, em que o pesquisador não precisa suprimir sua subjetividade, pois pode "refletir nas consequências do [seu] trabalho, não só para os outros, mas para [si] mesmo também, e onde todas as partes – emocional, espiritual, intelectual, corporal, e moral – podem ter voz e serem integradas" (p. 53).

Segundo Versiani (2013) buscar estratégias alternativas de construções de leituras de textos e construção do eu se torna necessário na medida em que se amplia o interesse teórico e político de visibilizar as subjetividades associadas a grupos minoritários. Dessa forma, consigo escrever sobre mim, sem perder o viés científico exigido e sem perder a credibilidade da leitura e escrita que por vezes poderá ser vista como "nada acadêmico".

> Nesse sentido, ao tentar resgatar nos discursos de matizes autobiográficos a construção de subjetividades *marginais* (distintas do sujeito hegemônico branco, masculino e europeu, que se sobrepôs ao próprio conceito de Sujeito), teóricos e críticos literários evitariam as antigas estratégias de leitura que, afinal, construíram a noção de Sujeito unívoco e estável que ora pretendem desconstruir. (VERSIANI, 2013, p.59)

Escrevo este trabalho também a partir dessa perspectiva construtivista em que Versiani (2013) explica que é uma percepção sobre os discursos por uma mesma pessoa (monologismo) ou correlacionado com outros discursos (dialogismo) estabelecidos pelo próprio teórico e crítico que ela (e) mesma (o) considera produtivos para sustentar e

[1] São todas as pessoas que não são trans. São as pessoas que nascem biologicamente com um determinado sexo e se identifica com ele, o que não tem ligação direta com a orientação sexual. Ver em: < https://www.sertao.ufg.br/up/16/o/ORIENTA%C3%87%C3%95ES_POPULA%C3%87%C3%83O_TRANS.pdf?1334065989>. Acesso em: 14/08/2018.

reconhecer a sua própria escrita, o que a autora chama de *políticas de leitura*.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Mesmo ao ser expulsa de casa aos treze anos de idade e ter que passar obrigatoriamente pela prostituição, abandonar os estudos nunca foi uma opção para mim. Passei a conciliar a prostituição com o ensino médio. Durante a noite ia para as ruas onde ficava até a madrugada, enquanto descansava pelas manhãs e estudava as tardes. Foi no ensino médio ainda sem conhecer sobre os meus direitos, que vivencie a primeira agressão física ligada diretamente a minha identidade de gênero. Anteriormente, ainda no ginásio, sofri também algumas agressões físicas como chutes na barriga e tapas na cara por moradores perto da escola e, mesmo que ainda não tinha transicionado em termos de feminização (hormônios, cirurgias, cabelo, roupas e adereços), consigo hoje entender aquele evento como ligados ao repúdio ao feminino uma vez que, sempre fui uma criança afeminada portanto, também foram violências transfóbicas.

No primeiro ano do ensino médio, já com o corpo modificado através de injeções de anticoncepcionais e com cabelos longos com a utilização de apliques e mega-hair, eu já externalizava a mulher que sempre vi em mim e isso me levou a utilizar o banheiro feminino do colégio. Ao entrar no banheiro masculino (porque ainda não me dava conta dos meus direitos e de fato ainda não havia leis, projetos de leis e portarias dentro das escolas que me dessem o direito de entrar nos femininos) fui surpreendida por três alunos que me prenderam dentro da cabine do banheiro e como se faz com uma peteca, me jogavam para um e outro me agredindo com a tampa do vaso sanitário seguindo de palavras como *"você não é mulher? Não aguenta macho? Toma viado!"* Daquele lugar só foi possível sair com a presença do auxiliar de limpeza que logo percebeu a movimentação e pediu que todos saíssem, nos levando a diretoria da escola.

Frente à direção, eu não conseguia dizer uma palavra, pois tinha medo do pior acontecer, tal como os agressores haviam me prometido se eu contasse algo. No fim da história, eu saí com uma advertência de que teria que entrar na escola apenas na semana seguinte acompanhada com meus pais. Após isso, tive a certeza que o banheiro masculino não era o meu lugar, mas como o feminino também não era por permissão da direção, eu passava a esperar o fim do turno em que todos tinham ido embora ou pedia as amigas com deficiência para utilizar o banheiro que era reservado para elas.

Buscando sair da prostituição e trabalhar em um emprego formal, foi onde eu encontrei uma promotora de ações de uma

universidade particular que me convidou para que eu me inscrevesse no vestibular. Me inscrevi mesmo sem acreditar que poderia passar, pois o sentimento de baixa autoestima era algo que muito me afetava no ano de 2011. Passei, cursei psicologia durante cinco anos, ganhei na formatura o certificado de honra de melhor aluna por mérito de melhores notas e me tornei a primeira mulher transexual psicóloga da cidade de Salvador. O que procuro mostrar aqui é que dentro desse percurso foram vários obstáculos encontrados que perpassam as práticas discentes e docentes associadas à lógica da competição e pensamentos, atitudes e comportamentos machistas, sexistas e transfóbicos. Para entender os processos pelos quais passei, busco trazer ainda uma reflexão sobre a minha entrada na universidade quando comecei a estudar psicologia, com os primeiros embates para minha inclusão e permanência perpassando pelo meu ingresso na Universidade Federal da Bahia quando me inserir em uma segunda graduação e na pós-graduação onde estou atualmente.

Entrar na faculdade há sete anos em um contexto em que eu era muito mais reprimida e envergonhada da minha própria imagem possibilitou que incialmente eu nem mesmo exigisse o direito do uso do nome social e assim aceitava ser chamada incialmente pelo nome do registro de nascimento. Com os diálogos em rodas e eventos de mulheres e LGBTs[2] eu passei a me conscientizar dos meus direitos não apenas sobre o nome, mas também sobre a utilização dos banheiros de acordo com minha identidade de gênero, a classe e a raça que trago demarcado em meu corpo e, que me faz passar por mais de uma opressão. Estando em uma faculdade particular em que maioria dos discentes eram adultos, trabalhadores e "pais de família", me deparei com muitos religiosos e ditos "tradicionais" que diziam não conseguir enxergar a minha condição como "normal" por mais que tentassem, e se recusavam me chamar pelo nome de Ariane, preferindo chamar-me por Ari.

Durante os cinco anos de estudos em psicologia foram vários os desafios encontrados para minha permanência naquele espaço. Ainda nos primeiros dias de aula vivenciei conversas de que um homem estava usando o banheiro feminino, fato que levou a criação de um abaixo-assinado que foi levado a diretoria e/ou coordenação do curso para que fosse proibida a minha entrada naqueles espaços considerados inadequados a minha identidade sexual e de gênero. Outro evento marcante em minha trajetória foi a agressão sofrida com bolinhas de papel atiradas por estudantes de Educação Física quando eu passava pelos corredores de um andar que

[2] Lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais.

reunia alunos de psicologia com alunos do curso em licenciatura em Educação Física. Levei o caso para a ouvidoria e a situação foi contida. Para além disso, dentro da própria sala de aula, eu tinha a sensação muitas vezes em estar em um campo de batalhas. Vivenciava exclusões de reuniões e rodas de entretenimento combinada pelos discentes bem como discursos de ódio que se baseavam sempre em justificativas de ser "apenas uma opinião". Sofria também com a lógica de competição entre as alunas (os) da sala de aula por ser não apenas uma mulher trans, mas uma mulher que mesmo trabalhando sempre sozinha, tirava as melhores notas nas avaliações e realizava ótimas apresentações nas avaliações orais.

Certa vez, em discussão que provoquei em sala de aula sobre psicologia e a população LGBTQ, chamando a atenção para o nosso papel de psicólogas (os) frente as questões e direitos dessa população, ouvi de uma aluna que passava dos cinquenta anos de idade o seguinte: *" não é questão de preconceito eu não querer lidar com essas pessoas, mas sim uma questão de reconhecer limites em que nós psicólogas e psicólogos aprendemos a reconhecer".* Abismada com o ódio velado no discurso eu questionei: *"estamos formando para que? Para quem? Lidar com humanos! E travestis e transexuais assim como toda a população LGBT são humanos, portanto não tem como buscar reconhecer um limite para com isso"*. Finalizando a minha fala, sugeri outros campos de estudos como o Direito e outros cursos que se propõem mais a pensar e decidir sobre o outro. A partir disso, experienciei um processo de exclusão ainda maior, dessa vez com o argumento de que somos uma população que "vive muito na defensiva", o que pareceu ser de concordância também com alguns docentes.

Essas e outras questões do tipo me deram uma inquietação de buscar agregar um embasamento para além da academia para dialogar e me inserir na psicologia que ainda demostrou ser para mim, durante esses cinco anos, ainda muito ortodoxa, branca e elitizada. Isso me levou a trilhar os caminhos no movimento social, a participar de encontros, seminários e congressos sobre gênero, mulheres e feminismo, e assim iniciei minha graduação em Estudos de Gênero e Diversidade na Universidade Federal da Bahia. Participei da seleção, passei e iniciei o curso de bacharelado que faz parte do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher-NEIM/UFBA. Inspirada com um novo ambiente acadêmico, com a presença de pessoas trans e gays afeminados, de negras e negros, e um público bem diversificado em termo de aparência, magra, alta, baixa, gorda etc. imaginei que ali os meus problemas

teriam acabado e que finalmente havia conquistado o tão sonhado direito a permanência na universidade. No entanto, não demorou muito para vivenciar e perceber os novos desafios que me colocavam frente a diversas situações transfóbicas.

Na primeira semana de aula na Universidade Federal ocorreu o primeiro ato transfóbico na portaria pelos próprios agentes de segurança do local, quando estes ficavam zombando e me violentando verbalmente através de piadas e gargalhadas. Este caso precisou chegar até o reitor da Universidade para que fosse resolvido. Meses depois, dentro do restaurante universitário, os olhares constrangedores dos funcionários não foram os piores da situação. Ocorria que diariamente recebia menos porções de comida e até ausência de algum item sem justificativa alguma, fato que ocorreu até o momento em que registrei queixa na administração do restaurante juntamente a pró-reitoria de ações afirmativas. Semanas depois tudo foi normalizado. Outra situação ocorreu no ponto de ônibus do transporte escolar da universidade, onde ao tentar pegar o ônibus pedi uma informação ao motorista sobre o percurso a ser seguido e ele, como resposta, disse que eu buscasse ler os cartazes dos roteiros que estavam colados no ônibus, após o que tentei entrar no ônibus e o motorista arrastou o veículo sem que eu conseguisse entrar. Registrei o caso por e-mail também para a pró-reitora de ações afirmativas.

Mais ao falarmos de violência, não podemos nos centrar apenas nas que são físicas. Tem outra dimensão que pode causar tantos prejuízos quanto às físicas e psicológicas ou até mais profundos que é a dimensão da violência simbólica. A violência física chama mais atenção devido aos "atos violentos, nos quais se faz o uso da força física de forma intencional, não acidental, com o objetivo de ferir, lesar, provocar dor e sofrimento ou destruir a pessoa, deixando, ou não, marcas evidentes no seu corpo" (MASCARENHAS, et al. 2012, p.2333). Já a violência psicológica se caracteriza como "toda forma de rejeição, depreciação, discriminação, desrespeito, cobrança exagerada, punições humilhantes e utilização da pessoa para atender as necessidades psíquicas de outrem". (MASCARENHAS, et al. 2012, p.2333). Mas a simbólica tem um potencial de eliminar o sujeito de todas as formas.

De acordo com Lostada (2016) a lógica da dominação simbólica não ocorre apenas entre a pressão e consentimento, mas também através de esquemas de perceber avaliar e agir que são obscuros a própria pessoa que sofre por acontecer sem qualquer coação física, agindo como uma "magia" através do amor, admiração, respeito e que

resulta na timidez, vergonha, ansiedade e culpa de maneira a ser mais aceita e justificada como “nada demais” sob o outro, como Bordieu afirma:

> Ao tomar "simbólico" em um de seus sentidos mais correntes, supõe-se, por vezes, que enfatizar a violência simbólica é minimizar o papel da violência física e (fazer) esquecer que há mulheres espancadas, violentadas, exploradas, ou, o que é ainda pior, tentar desculpar os homens por essa forma de violência. O que não é, obviamente, o caso. Ao se entender "simbólico" como o oposto de real, de efetivo, a suposição é de que a violência simbólica seria uma violência meramente "espiritual" e, indiscutivelmente, sem efeitos reais. (BORDIEU, 2002, p.46)

Dessa forma,

> A violência simbólica se institui por intermédio da adesão que o dominado não pode deixar de conceder ao dominante (e, portanto, à dominação) quando ele não dispõe, para pensá-la e para se pensar, ou melhor, para pensar sua relação com ele, mais que de instrumentos de conhecimento que ambos têm em comum e que, não sendo mais que a forma incorporada da relação de dominação, fazem esta relação ser vista como natural; ou, em outros termos, quando os esquemas que ele põe em ação para se ver e se avaliar, ou para ver e avaliar os dominantes (elevado/baixo, masculino/feminino, branco/negro etc), resultam da incorporação de classificações, assim naturalizadas, de que seu ser social é produto. (BORDIEU, 2002, p.47)

Ao me propor pesquisar a solidão da mulher trans, negra e periférica, lido com pessoas dentro da academia, principalmente docentes que levam o tema e o assunto com zombaria representada por expressões por “um ar de peninha”, coisa que já percebo conscientemente, um constrangimento e um sentimento de desvaler a mim mesma por ver que o que me proponho a escrever não é tido por um doutor como interessante e científico. Do mesmo modo, acontece com as apresentações que exponho nas minhas atividades extracurriculares e do ativismo social em que por aproveitar o espaço para falar mais de onde sou, o que penso e exemplificar com a minha realidade, isso passa a ser visto por muitas e muitos organizadores de eventos como algo que seja pouco informal ou vitimizador, o que recai ainda mais como um desencorajamento.

Essas questões me levam a pensar sobre as exclusões de espaços que sempre acreditei serem acolhedores e de encorajamento, assim como alguns movimentos feministas. No entanto, como Mello (2008) aponta sobre a inclusão de mulheres trans em encontros feministas, a transexualidade tem sido uma nova questão para o feminismo, que se soma s questões antigas dentro do próprio movimento como a questão da diferença sexual.

> As feministas negavam a ideia de “diferença sexual” como resposta à exclusão da participação política das mulheres. Entretanto, ao agir em nome das mulheres, invocavam a mesma diferença que pretendiam negar (sendo a ideia de “diferença sexual” parte desses mesmos discursos), um paradoxo que desafia a tradição, acentua suas contradições, sem, contudo, abalar as crenças ortodoxas. (MELLO, 2008, p. 557).

Segundo Mello (2008), essa contradição dentro do movimento se dá pela mesma questão das discussões sobre igualdade e diferença em que se problematiza se as mulheres são iguais aos homens e por isso devem reivindicar os mesmos direitos ou se são diferentes e por essas diferenças que exigem os mesmos direitos? Pensamento que define uma única possibilidade de ser "A consequência desse raciocínio é que, mais uma vez, a diferença sexual é percebida como um fenômeno da natureza (reconhecível, mas mutável) quando, no entanto, é mais um fenômeno indeterminado, como etnia, cujo significado está sempre em discussão". (MELLO, 2008, p.558)

Além disto, apesar das semelhanças de identidade e de raça com relação as mulheres negras cis, há também muitas diferenças no que tange a outros eixos de identidade, como sexualidade e cor da pele. Dessa forma, outra violência simbólica que observo são aquelas cometidas pelas próprias mulheres cis e negras. Tentam-me desqualificar em algum passo dado, julgam que esses passos que caminho não merecem reconhecimento por eu ser uma negra de pele clara e ter tantos privilégios, mas pior do que isso foi ser mesmo questionada sobre minha raça e ouvir de uma mulher preta de que não "sou tão negra assim" e em outras vezes que sou branca. No contexto de configuração racial brasileira em que os tons da pele têm um papel importante na posição do indivíduo na estrutura social "... o mestiço tem um tom de pele mais clara do que o negro, sendo aceito com mais facilidade na sociedade, mesmo assim, vivem o dilema da construção de sua própria identidade: aceitar a cultura negra ou a branca" (ALVES, 2017, p.2). Dessa forma, a mesma discussão identitária no feminismo, se dá aqui também no movimento negro onde a minha posição de mulher trans negra de pele clara continua a me levar a esse não lugar.

A questão que levanto não é contradizer a existência das diferenças e privilégios que eu carrego por ter a pele mais clara, mas sim chamar a atenção para a discussão sobre o conceito de colorismo sem perdermos a percepção de que:

> a discriminação contra os pardos é menor do que contra os pretos, mas a renda dos pardos se aproxima da dos pretos e não da dos brancos. Sendo assim, a principal segmentação racial se dá entre os brancos e não-brancos, mesmo que, geralmente, os pretos sofram mais discriminação que os pardos." (TELLES, 2003, p.231)

Portanto, esse é mais um problema que vivencio, problema este não diretamente comigo mas sobre mim que se dá a partir das experiências vivenciadas no Brasil em que o preconceito racial é de marca "quando toma por pretexto para as suas manifestações os traços físicos do indivíduo, a fisionomia, os

gestos, o sotaque" (NOGUEIRA, 2017, p.292). Isto acontece em oposição a outros sistemas de relações raciais como, por exemplo, dos Estados Unidos, em que o preconceito é de origem, ou seja, "quando basta a suposição de que o indivíduo descende de certo grupo étnico para que sofra as consequências do preconceito. (NOGUEIRA, 2017, p.292).

Além disso, tenho encontrado também algumas falas de uma dessas mulheres negras dentro da academia que utilizam o discurso da legitimidade por terem vários marcadores sociais como ser negra, gorda, candomblecista e etc. enquanto eu teria, segundo elas, apenas um (aqui me faz sempre refletir o movimento de luta dentro do próprio movimento). E, à medida que dou mais passos e conquistas que me levam a adentrar outros espaços, surge também um estranhamento dessas mulheres que passam a se comportar com ambivalência em minha presença, o que pode ser notado através de suas expressões faciais não agradáveis, sem justificativas fundamentadas em algo concreto.

É por esses e outros motivos que me proponho a escrever sobre solidão, por identificar que ser travesti ou transexual, que se auto identifica como negra mas que tem a pele clara, poderá na maioria das vezes nos levar a sermos vistas como o bode expiatório da situação que nos deixa em uma situação de vigilância perversa.

CONCLUSÕES

Escrever sobre solidão então não tem nada diretamente ligado com a ausência de um cônjuge, é escrever sobre todo esse processo de socialização em que se encontra as pessoas trans, as que estão na marginalização e as que tentam adentrar nos espaços e por isso acaba encontrando ainda mais barreiras. Tais barreiras são utilizadas como instrumentos para baixo auto estima e um desencorajamento para a escrita da mulher trans e que na maioria nas vezes poderá resultar em uma auto exclusão. Nesse sentido, este trabalho não se propõe a afirmar que todas as mulheres trans e negras dentro dos espaços acadêmicos passem as mesmas situações, mas sim problematizar e trazer a reflexão sobre alguns desafios e obstáculos a partir de minha vivência na academia, e fora dela, como forma de provocar ainda mais discussões sobre o tema. Pretende também chamar a atenção para o papel dos movimentos acadêmicos, e para além destes, que se propõem a lutar por uma universidade com mais acesso de pessoas trans, e mais do que isso, lutar pela garantia de sua permanência.

REFERÊNCIAS

ALVES, Eloisa de Souza, et al. *Racismo e inserção do negro no mercado de trabalho*. **XV jornada científica dos Campos Gerais**. Ponta Grossa. 2017. Disponivel em: < https://www.iessa.edu.br/revista/index.php/jornada/article/view/157/91> Acesso em: 13/08/2018.

BORDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Trad. Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002, 160p. Disponível em: < file://fireblade/DH%20SUBCOORDENACAO/PERFIL/ariane.senna/Downloads/BOURDIEU_A%20domina%C3%A7%C3%A3o%20masculina%20(4).pdf>. Acesso em: 13/08/2018.

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Orientações sobre a população transgênero : conceitos e termos**. Jaqueline Gomes de Jesus. Brasília: Autor, 2012. Disponível em: < https://www.sertao.ufg.br/up/16/o/ORIENTA%C3%87%C3%95ES_POPULA%C3%87%C3%83O_TRANS.pdf?1334065989>.Acesso em: 14/08/2018.

JONES, SH. Et al. **Handbook of autoetnography**. Walnut Creek: Left Coast Press; 2013. 736p. (Coleção queer). Disponível em: < http://www.scielo.br/pdf/csp/v31n6/0102-311X-csp-31-6-1339.pdf>. Acesso em: 13/08/2018.

LOSTADA, Lauro Roberto. Ethos: *a dominação masculina na formação do sujeito*. **Revista PerCursos**, Florianópolis, v.17, n.33, 144- 161p, jan./abr.2016. Disponível em: < file://fireblade/DH%20SUBCOORDENACAO/PERFIL/ariane.senna/Downloads/6322-25594-1-PB%20(1).pdf>. Acesso em: 13/08/2018.

MASCARENHAS, Márcio. etal. *Violência Contra a Pessoa idosa: análise das notificações realizadas no setor da saúde*. **Ciência & Saúde Coletiva**, v.17, n.9, p.2331-2341, 2012. Disponível em: < http://www.scielo.br/pdf/csc/v17n9/a14v17n9.pdf>. Acesso em: 13/08/2018.

MELO, Érica. *Feminismo: Velhos e novos dilemas uma contribuição de Joan Scott.* **Cad.Pagu**, Campinas, n.31, p.552-564. 2008. Disponível em: < http://www.scielo.br/pdf/cpa/n31/n31a24.pdf>. Acesso em: 13/08/2018.

NOGUEIRA, Oracy. **Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem: sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil**, v.19, n.1, 287-308p. 2017. Disponível em: < https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/842401/course/section/252001/Oracy%20Nogueira%20-%20Preconceito%20de%20Marca.pdf>. Acesso em: 13/08/2018.

TELLES, Edward Eric. **Racismo à brasileira: uma nova perspectiva sociológica**. Rio de Janeiro: Ruleme Dumará, 2003.

VERSIANI, Daniela Beccaccia. *Autoetnografia: uma alternativa conceitual*. **Letras de hoje**, v.37, n.4, 2013. Disponível em: < file://fireblade/DH%20SUBCOORDENACAO/PERFIL/ariane.senna/Downloads/14258-54645-1-PB%20(1).pdf>. Acesso em: 13/08/2018.

VERSIANI, Daniela. *Autoetnografias: Conceitos alternativos em construção*: **Tese de doutoramento**. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Letras, 2002. Disponível em: < https://drive.google.com/file/d/0B1E8WeisMfbpc0dleTg5QUJwbk0/view?usp=drive_web>. Acesso em: 13/08/2018.